



**PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO**



2.133

CONFERÊNCIA

GOVERNAÇÃO e organização da justiça criminal

Reforço das capacidades e da
integridade do sistema judicial e
do sistema de investigação
criminal

Bissau – Guiné-Bissau, 31 de outubro de 2019

Parceiros:



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.
e executado pelo Camões, I.P.

É universalmente reconhecido que a garantia do Estado de direito só se consegue alcançar em democracia com o exercício pleno e eficaz das instituições jurídicas e judiciais. Tal passa, necessariamente, pelo exercício capaz, organizado e devidamente procedimentalizado destas instituições.

Quando se fala da justiça criminal, e sobretudo na prevenção e combate a formas de criminalidade mais complexas, como a criminalidade organizada e a de cariz económico-financeiro, torna-se notório que as difíceis e exigentes atividades da investigação criminal e da administração da justiça deverão ser acompanhadas por um consistente desenvolvimento de estratégias de organização e gestão dos serviços e dos procedimentos.

Multiplicam-se, à escala global, as iniciativas de reforma da justiça, moldando os mecanismos de governação e administração dos sistemas de justiça aos parâmetros mais exigentes de independência, de desempenho, de eficiência e eficácia, de qualidade do poder judicial, e, do mesmo modo, da diversificação e otimização da resposta da administração da justiça. São disso claro exemplo, a instituição dos Conselhos Judiciários, em muitas das designadas democracias emergentes, a reorganização do desenho e do mapeamento dos tribunais, mesmo nos países em que se encontravam mais consolidadas, a separação e a independência dos tribunais e a introdução de instrumentos de administração e gestão judiciários e extrajudiciários adequados às exigências das democracias atuais.

As dificuldades encontradas percorrem todas as dimensões de governação e organização destes sistemas, desde o nível mais cimeiro da estratégia do governo da justiça e das políticas da sua reforma, mas também na conformação da administração e gestão dos tribunais e, por último, na gestão e organização da própria tarefa da realização jurisdicional do direito. É reconhecida, neste ponto, a carência de formação e de profissionalização no âmbito das áreas de administração e gestão de tribunais, o que introduz na governação do sistema judicial um fator permanente de limitação e incapacidade.

Também o sistema de investigação criminal é credor desta atenção para com a estruturação e a sistematização de matérias de organização e gestão, de forma a adequar os resultados da atividade investigatória e probatória criminais aos propósitos da justiça criminal e à realização essencial do Estado de direito democrático.

A fim de dar a refletir sobre as respostas a estes desafios, prevê-se a realização de uma conferência sobre estes temas em Bissau – Guiné-Bissau (31 de outubro de 2019), que deverá ser complementada com um seminário formativo, com módulos teóricos e práticos em torno da organização e gestão do sistema de investigação criminal e do sistema judicial (28-30 de outubro de 2019).

Durante estes dias será promovida ainda uma reflexão sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciários, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, e da abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.

A iniciativa integra-se no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste. O PACED é um projeto de EUR 8,4 milhões, financiado ao abrigo do programa regional de cooperação entre a União Europeia e os PALOP e Timor-Leste, cofinanciado e executado pelo Camões, I.P, que tem como objetivos prevenir e lutar contra a corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada. Esta iniciativa é implementada em parceria com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com o Conselho Superior da Magistratura Judicial, com a Procuradoria-geral da República e com a Polícia Judiciária da Guiné-Bissau, além da ASMAGUI (Associação Sindical da Magistratura Judicial da Guiné-Bissau).

OBJETIVO GERAL

- Melhorar a capacidade e a integridade das instituições políticas, administrativas e judiciárias guineenses nas suas diversas dimensões, para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, através da estruturação e organização dos mecanismos de efetivação da justiça criminal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprofundar os temas da governação e da organização do sistema judicial, bem como da gestão da investigação criminal, através da estruturação e organização dos mecanismos de efetivação da justiça criminal.
- Refletir sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciários, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, tanto ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, como na abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.
- Promover o debate jurídico e judiciário em torno destas temáticas, consolidando as várias vertentes acima elucidadas e enumerando as boas práticas internacionais recomendadas (discernindo as melhores soluções organizativas e procedimentais, partindo da casuística e das experiências dos sistemas judiciais mais próximos); e
- Capacitar os atores judiciários neste domínio de especialização, reforçando, para além disso, a cultura de garantia do Estado de direito e de eficácia da lei criminal em concordância com as exigências dos estatutos profissionais daqueles e das implicações práticas e de concretização dos assuntos envolvidos.

FORMATO

Este seminário seguirá o seguinte formato:

- Três dias de seminário formativo de acesso restrito (28 a 30 de outubro de 2019). Nestes dias serão abordados oito módulos temáticos de desenvolvimento teórico com o objetivo de identificar soluções organizativas e procedimentais à luz das boas práticas internacionais e das experiências comparadas; seguidos de
- Um dia de conferência 31 de outubro de 2019 que contará com a intervenção de especialistas internacionais e nacionais sobre os diversos temas do seminário.

EQUIPAS DE TRABALHO DOS SEMINÁRIOS FORMATIVOS • 28/10 A 30/10 DE OUTUBRO DE 2019

Deverão ser constituídas duas equipas: uma composta por oradores/formadores internacionais e outra constituída por oradores/formadores nacionais.

- Primeira equipa: José Mouraz Lopes e Nuno Coelho, consultores científicos do PACED, e outros três palestrantes internacionais, que estarão também cuidando da organização científica geral do evento; e
- Segunda equipa: (formadores nacionais especialistas nestas matérias, de preferência com experiência de formação).

METODOLOGIA

A metodologia de trabalho e as atividades propostas para cada tópico serão definidas em função do enquadramento específico definido com formadores e formandos;

Serão utilizados métodos e técnicas expositivos (baseados em apresentações multimédias e outros suportes audiovisuais), complementados com métodos e técnicas ativas (como trabalhos de grupo e debate), através dos quais os participantes serão convidados a apresentar e comparar as diferentes abordagens.

Serão disponibilizados dois manuais relativos à organização e gestão do sistema judicial e da investigação criminal que serão, também eles, objeto de complemento, aperfeiçoamento e adaptação de acordo com os resultados da discussão formativa.

PROGRAMA • CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Governança e organização da justiça criminal

31 de outubro 2019, Bissau

09:00H	Registo
09:30H - 10:00H	Sessão de abertura Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura Judicial Ministra da Justiça e Direitos Humanos Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Representante do Sistema da Nações Unidas Representante da União Europeia Embaixador de Portugal UIJLP ASMAGUI ... Apresentação PACED
10:00H - 10:30H	Pausa para café
10:30H-12:30H	1.º Painel – <i>Cooperação e Organização na Justiça</i> Moderador: a indicar pela Guiné-Bissau - A cooperação jurídica internacional na CPLP Oradora: Professora Doutora Mariah Brochado, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e Secretária de Estado Adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais de Minas Gerais - O plano de reforço das capacidades do sistema judiciário da Guiné-Bissau Orador: a indicar pela Guiné-Bissau (PNUD / MJ) - A organização da justiça no espaço da lusofonia: desafios de colaboração Orador: Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes, Juiz Desembargador e Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra Debate Almoço
14:00H- 16:15H	2.º Painel – <i>A organização judiciária e os atores da justiça</i> Moderador: a indicar pela Guiné-Bissau - A formação jurídica e judiciária no espaço da CPLP Oradora: Helena Martins Leitão, Centro de Estudos Judiciários

- A experiência da reforma da Justiça em Moçambique

Orador: Carlos Mondlane, Juiz, Presidente da Associação Moçambicana de Juizes e membro do Conselho Superior da Magistratura Judicial de Moçambique

- O plano de reforço da capacidade dos atores judiciários na Guiné-Bissau

Orador: a indicar pela Guiné-Bissau (PNUD/MJ)

Debate

16:15H-16:30H

Pausa para café

16:30H- 17:45H

3.º Painel – Governação e organização da justiça criminal

Moderador: a indicar pela Guiné-Bissau

- Uma gestão para a investigação criminal

Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro e Consultor Científico do PACED

- Governar, administrar e organizar a justiça

Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador e Consultor Científico do PACED (Portugal)

Debate

18:00H

Encerramento - Conclusões

Consultor Científico do PACED

Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura Judicial

Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos

Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

Representante do Sistema da Nações Unidas

Representante da União Europeia

Embaixador de Portugal

UIJLP

ASMAGUI

...